

## **ENTREVISTA**

### *Reflexões sobre o papel do Historiador: uma entrevista com João Fragoso.*

Entrevistador: Antônio Carlos Jucá  
Dep. História - UFOP

- 1) *Antes de falarmos sobre o papel do Historiador gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória. Quais foram os caminhos que te levaram a se interessar pelo estudo da história econômica?*

Sou de uma geração que cresceu em meio à Guerra Fria e sob os “auspícios” da Ditadura. O que com certeza não foi nada agradável. Porém, tais circunstâncias me levaram, igualmente, para a História econômica e a um marxismo que procurava saídas da abordagem leninista-stalinista. Isto é, sou de uma época em que se acreditava numa coisa chamada luta de classes e que os homens possuíam estômagos, mas, também, cérebros e sonhos.

Já na pós-graduação, tive a felicidade de ter sido orientado por Maria Yedda Linhares e de Ter sido aluno de Ciro Cardoso. Professores que me ensinaram uma História econômica mais refinada, onde a teoria aparecia conjugada com pesquisas empíricas sólidas. Da mesma maneira, as aulas destes professores demonstravam - e demonstram - que a economia nada mais era do que uma parte da sociedade. Neste sentido, não foi muito difícil optar pelo estudo da economia e de um marxismo não dogmático.

- 2) *Depois da grande repercussão do seu trabalho sobre a economia fluminense entre os finais do século XVIII e início do XIX, o qual resultou em dois livros (Homens de Grossa Aventura e O Arcaísmo como projeto, este último em co-autoria com Manolo Florentino) você optou em recuar sua análise para o século XVII. Por que?*

Para uma rápida resposta poderia dizer que fui atraído, por aquilo que Marc Bloch chama de ‘mito das origens’. Ao mesmo tempo, no início da década de 1990, já estava meio cansado do século XIX, que tinha estudado por cerca dez anos (mestrado e doutorado). Já a História econômica colonial, para mim, na época, era um grande mistério. Conhecia pouco sobre a formação da sociedade colonial e, muito menos, sobre o império português dos séculos XVI e XVII. De certa forma, até hoje estes dois séculos continuam me surpreendendo.

Aprendi na graduação que o período colonial poderia ser facilmente entendido como um bloco. O segredo era saber da existência da escravidão, da grande propriedade e da agroexportação para se compreender tudo. Isto bastava para compreender o período colonial.

As pesquisas mais recentes, afirmam que as coisas são um pouco mais complicadas do que isto. Por exemplo, pelo menos no Rio de Janeiro, a sociedade do seiscentos era bem diferente a do setecentos, no que diz respeito a sua hierarquia social e formas de acumulação de riquezas.

3) *No capítulo escrito para o livro Domínios da História você e Manolo Florentino apresentam uma visão pessimista do futuro da história econômica, falando em derrocada da mesma. Ao mesmo tempo, fazem uma defesa apaixonada de sua importância para a compreensão dos processos históricos mais amplos. Passados alguns anos, qual seria sua análise atual sobre a importância da história econômica no conjunto da produção historiográfica brasileira?*

Felizmente, recentemente, começo a observar uma certa recuperação, no Brasil, das investigações econômicas. É isto que noto, nos três últimos anos, nas minhas participações de bancas de mestrado e doutorado. Mais do que isto, verifico uma renovação nos estudos de História econômica. Atualmente, se tem uma certa preocupação de incorporar, entre outras disciplinas, a História política e das famílias, abordagens indispensáveis ao se trabalhar com economias ditas de Antigo Regime e escravistas.

Acredito, que a nova geração de pesquisadores entendeu, por exemplo, que o mercado dito pré-industrial possui uma natureza diferente daquela presente no capitalismo, como sublinha Giovanni Levi. Na verdade, tais preocupações já tinham sido apontadas pelo bom e velho historiador Witold Kula e o antropólogo Karl Polanyi nos anos 50 e 60. Portanto, acredito que a aproximação com a Política e a Antropologia são caminhos para uma renovação da História econômica.

4) *O Brasil entrou no século XXI sem ter resolvido seus graves problemas sociais, cujas origens poderíamos remontar ao início da colonização. Na sua opinião, a nossa produção historiográfica atual tem dado uma contribuição satisfatória para a compreensão desses problemas?*

Infelizmente, acredito que a historiografia brasileira, ainda, está longe de contribuir para o entendimento de tais fenômenos.

Em primeiro lugar, porque a historiografia profissional - ou seja, aquela formada em cursos de pós-graduação - é muito recente. Sempre repito que, apesar de ter 43 anos, pertenço à primeira geração com curso de doutorado em História no Rio de Janeiro. Dito de outra forma, a historiografia brasileira, mesmo tendo precursores da altura de um Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, para citar apenas três nomes, é muito jovem.

Em segundo lugar, apesar da retomada do interesse pela História econômica, tal disciplina permanece marginal nas pós-graduações. O modismo continua a prevalecer. Muitas vezes se esquece que vivemos numa economia rica, com um dos maiores parques industriais e PIB do Planeta, porém, também, com um dos maiores índices de concentração de rendas do mundo. Os trabalhos do PNUD demonstram que nesta última matéria o Brasil, dependendo do ano, ocupa no cenário das nações o primeiro ou o segundo lugar, o que significa um grau de miséria fantástico.

Fala-se muito sobre estes assuntos, entretanto, estuda-se pouco. Na hora da escolha de uma pesquisa opta-se por investigar temas menos desconfortáveis. Afinal, é muito chato fazer investigações demográficas (mortalidade infantil, expectativa de vida etc.) ou sobre produção e mercado. Atualmente, as pesquisas em

economia tem se tornado ainda mais 'desagradáveis', já que elas exigem - além das tradicionais noções em História serial - conhecimentos de Antropologia e Política. Em função disto, que fico satisfeito e mesmo surpreso quando sou procurado por alunos que pretendem trabalhar com economia, como recentemente tem ocorrido com mais frequência.

Há ainda um outro problema. Os estudos sobre as elites brasileiras continuam a merecer pouca atenção nas pós-graduações. Prefere-se analisar escravos ou as camadas sociais livres pobres. Com certeza, estes temas são essenciais para o entendimento da sociedade brasileira, contudo, muitas vezes, se esquece que existe uma coisa chamada de elite e que ela controla, historicamente, mais de 2/3 da riqueza social. O Brasil, nos últimos duzentos anos, como se sabe, presenciou significativas mudanças de estruturas, porém, o grau de concentração de rendas parece incólume a tais mudanças, fenômeno poucas vezes visto na História recente do Ocidente. É sempre bom lembrar que trabalhar com a elite 'econômica' e suas estratégias de enriquecimento significa, também, pesquisar os mecanismos de exclusão social.

Nos anos de 1970 e 1980, procurou-se demonstrar que os escravos e camponeses possuíam massa cefálica, ou seja, tinham visões de mundo e estratégias sociais próprias. Está no momento de se perceber que a elite também é filha de Deus! Por conseguinte, ela possui os mesmos atributos que os chamados grupos subalternos. Afinal, o empresariado brasileiro, por exemplo, não é um simples reflexo dos interesses internacionais ou criatura do Estado.

5) *Como você analisa a formação atual dos historiadores brasileiros?*

Como já disse o historiador profissional é algo ainda recente no país. Isto inevitavelmente se traduz em alguns fenômenos. Os nossos cursos de pós-graduação não contam com muitos recursos. As nossas bibliotecas são uma piada, os melhores cursos do Brasil não possuem 1/10 das melhores coleções internacionais de periódicos. Não há uma política sistemática de treinamento de pesquisadores e doutorandos nos centros de excelência americanos ou europeus. As Universidades públicas, dá onde saem os melhores pesquisas, cada vez mais se

transformam em grandes escolões, nos quais os professores tem menos tempo para a produção do conhecimento. Isto, para não falar da redução do tempo dos cursos de pós-graduação (mestrado e do doutorado) e das péssimas bolsas de estudo.

Se dizia, na minha época de estudante, que o pós-graduando brasileiro não tinha recursos, entretanto, possuía talento. Hoje, acho isto uma ilusão. O fato é que estamos despreparados como pesquisadores e, portanto, as nossas chances de contribuir para o entendimento da sociedade brasileira está longe de ser, pelo menos, razoável. Isto, mesmo considerando o esforço de agências financiadoras como CNPq e CAPES que, dentro de seus limites, tentam mudar tal quadro de penúria.

Na verdade, mais uma vez, a análise da elite dirigente do país - ao lado de outros estudos - poderia nos ajudar a entender melhor isto. Em outras palavras, porque ao contrário de outras sociedades contemporâneas, a elite brasileira não investe pesado na produção do conhecimento científico? Ela deve ter alguma razão para isto. Afirmar que ela é estúpida ou dominada pela globalização, isto sim é ingenuidade e mesmo estupidez.

Por outro lado, muitos continuam a justificar tal cenário de escassez alegando a falta de recursos do país. Um estudo da concentração de rendas combinado com o do PIB, desmentiria facilmente isto.

6) *Quais áreas você consideraria como mais promissoras no estudo do período colonial?*

Como sou politicamente incorreto, gostaria de responder de maneira diferente esta pergunta. Ou seja, quais são as áreas que merecem maior atenção das futuras pesquisas? Para o melhor conhecimento dos séculos XVI e XVII, falta ainda muita pesquisa em áreas como: demografia, populações indígenas, produções e comércios de abastecimento - afinal, a América portuguesa não era formada apenas por diabéticos ou devoradores de açúcar -, administração colonial, formação das elites locais etc.

7) *Até o final da década de 1980 as historiografias brasileira e portuguesa estiveram praticamente “de costas” uma para a*

*outra. Hoje, pelo contrário, há um contato permanente entre os pesquisadores de ambos os países. De que forma esse diálogo contribuiu para o estudo da nossa história?*

Só recentemente descobrimos ou nos convencemos que a América lusa pertencia ao império português. Portanto, somente na última década que - além de temas como tráfico de escravos - iniciaram a merecer mais atenção as investigações sobre o ultramar e o Reino. Deste modo, pesquisas como o comércio entre o 'Brasil' e o Estado da Índia, a administração imperial, o Antigo Regime luso, os fluxos migratórios no ultramar português e as abordagens comparativas das *Conquistas* hoje possuem alguma chance de se transformarem em objetos de estudos.

Acho, por conseguinte, muito importante o diálogo com a historiografia portuguesa e mesmo com a de outras partes do antigo Império. Para mim, por exemplo, a leitura dos textos de Antônio Hespanha e Nuno G. Monteiro foram essenciais para entender o Antigo Regime português e suas derivações no Rio de Janeiro seiscentista. Da mesma forma, as publicações de Luís Thomas e de Sanjay Subrahmanyan, sobre o Estado da Índia, tiveram um papel fundamental para o meu entendimento do sistema de mercês no ultramar e a existência de redes de políticas que atravessavam o império.

Hoje em dia, acredito que disciplinas como História de Portugal, da África e do Império luso, deveriam ser obrigatórias nas nossas graduações.

8) *Como trabalhar com história econômica tendo como objeto o século XVII fluminense? Quais são os limites e as potencialidades da quantificação em casos como esse, em que a disponibilidade de dados econômicos propriamente ditos é tão escassa?*

A primeira coisa que se deve ter em mente é que o século XVII pertence ao Antigo Regime. Consequentemente, a sociedade colonial da época presenciou instituições e práticas como sistemas de mercês, nobreza da terra, senado da câmara etc. Em função disso, o mercado colonial não era autoregulado, movido apenas por preços

estabelecidos pela oferta e procura. Na verdade, tal economia e mercado tinham por pano de fundo relações políticas como as estratégias de alianças familiares e a intervenção dos oficiais da câmara.

Para se estudar, por exemplo, os preços das mercadorias presentes nos cartórios ou os dízimos, deve-se levar em consideração aquele pano de fundo. Na verdade, tais valores eram negociados “fora” do mercado, fenômeno que pode levar a uma certa ilusão de ótica para os pesquisadores menos avisados. Em outras palavras, o valor dízimo não pode ser encarado como um indicador da produção, mas sim como um indicador dos acordos entre “bandos políticos”, o do provedor da fazenda e do arrematante. Não era totalmente sem sentido que os dízimos variavam tanto no tempo.

Algo semelhante pode ser dito para as vendas dos engenhos. Até onde sei, mais da metade dos engenhos negociados no Rio, via escrituras públicas entre 1650 e 1700, tinham por compradores e vendedores pessoas ligados por laços de parentesco ou de aliança política. Fenômeno que dava um significado, digamos, particular aos preços destas *fábricas*.

Em suma, deve-se ter muito cuidado quando se quantifica a economia do século XVII, deve-se sempre lembrar que tal economia era dominada pela política. Daí a importância de se combinar a investigação quantitativa com a da microhistória italiana, leia-se Antropologia.

#### 9) *Para terminar: quais são seus projetos atuais?*

Além das minhas pesquisas institucionais (CNPq e IPEA), estou envolvido com dois projetos de livros. Um sobre as elites “econômicas” da Corte e do Vale do Paraíba fluminense diante da eminência do fim da escravidão (1850-1888) - texto que já está pronto - e outro sobre a formação do primeiro grupo de senhores de engenho no Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII).

Explicando melhor, já que são projetos que abordam épocas tão diferentes.

O primeiro projeto, diz respeito ao “primo pobre” do meu doutorado. Publiquei a parte urbana da tese - os negociantes de grosso trato no Rio de 1790 a 1830 -, o mesmo não ocorreu com a

parte agrária da tese: os fazendeiros de Paraíba do Sul, município fluminense cafeeiro. Em 2000, revisei estes capítulos e escrevi um novo texto sobre a elite econômica da Corte na segunda metade do século XIX. Com este último texto pretendi analisar as gerações empresariais posteriores - suas fortunas e opções de investimento - aos grandes negociantes luso-brasileiros de princípios do oitocentos. E ainda comecei a investigar o comportamento destas novas gerações depois do fim tráfico internacional de escravos até 1888. Este momento da História brasileira sempre me pareceu intrigante e nada melhor que um estudo comparativo para começar a destrincha-lo.

O segundo projeto consiste nos resultados das pesquisas que, a cerca de dez anos, venho realizando sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Já publiquei partes desta investigação em artigos, até meados do ano pretendo terminar o último capítulo e rever os já escritos. Feito isto, tentarei publicar na forma de livro a dita pesquisa.

Em realidade, os dois projetos se inserem dentro de uma preocupação que há anos possui. Pode-se dizer mesmo, que sou “perseguido” por uma “idéia fixa” - um psicanalista adoraria isto - que é de compreender, através da elite, a persistência dos mecanismos de exclusão social na sociedade brasileira. Fenômeno que, ao lado do futebol e do samba, tão “bem” credenciam o Brasil no Mundo.